



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0015511-38.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO**  
 Requerente: **Henrique Aparecido Amorim**  
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito Detran Sp**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Henrique Aparecido Amorim move ação contra o Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo sustentando que envolveu-se em um acidente com sua motocicleta, e os danos suportados por esta última foram indevidamente enquadrados como "de grande monta", acarretando o bloqueio administrativo do cadastro, o que está causando transtornos ao autor, que não consegue regularizar a documentação do veículo. Sob tais fundamento, pede a anulação do ato administrativo de bloqueio.

Contesta o réu sustentando ilegitimidade ativa do autor e, no mérito, que a classificação dos danos como "de grande monta" foi correta e, consequentemente, correto o bloqueio administrativo efetivado.

O autor ofereceu réplica.

O processo foi saneado, afastando-se a preliminar e determinando-se a produção de prova pericial, cujo laudo aportou aos autos e sobre o qual manifestaram-se as partes.

É o relatório. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas, valendo lembrar que, "presentes as condições que ensejam o



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ, REsp 2.832-RJ, rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 04/12/91).

Segundo o art. 103 do CTB, **"o veículo só poderá transitar pela via quando atendidos os requisitos e condições de segurança estabelecidos neste Código e em normas do CONTRAN"**.

Já o art. 12, I do mesmo diploma preceitua que **"compete ao CONTRAN .... estabelecer as normas regulamentares referidas neste Código e as diretrizes da Política Nacional de Trânsito"**.

No exercício de suas atribuições, a fim de garantir que veículos envolvidos em acidentes somente voltem a trafegar se satisfeitos requisitos e condições de segurança, o CONTRAM editou a Resolução nº 362 de 15.10.2010, que **"estabelece a classificação de danos em veículos decorrentes de acidentes e os procedimentos para a regularização ou baixa dos veículos envolvidos e dá outras providências"**. Confira-se seu teor às fls. 36/61.

A autoridade de trânsito ou seu agente deve efetuar a classificação do dano (art. 1º do decreto). Se o dano foi classificado como "de média monta" ou "de grande monta", deve oficiar ao DETRAN (art. 3º), e este, de seu turno, deve proceder ao bloqueio administrativo (art. 4º), cuja consequência é proibir a circulação do veículo nas vias públicas (art. 4º, parágrafo único).

**Para motocicletas, a classificação do dano deve obedecer aos parâmetros do Anexo II da Resolução – fls. 43/45.**

O dano "de grande monta" implica a afirmação de irrecuperabilidade, levando à baixa de seu cadastro (art. 7º).

Entretanto, admite-se recurso para o seu enquadramento como "de média monta" (art. 8º), pois **o veículo com dano "de média monta" pode ser regularizado**, desde que se



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

comprove a realização de serviços de reparos adequados e instituição técnica ateste a segurança veicular (art. 6º, § 1º), ou seja, **que o veículo foi recuperado**.

No caso em tela, o autor insurgiu-se administrativamente contra o enquadramento (fls. 15/16, 17) e, segundo emerge dos autos, até hoje não houve apreciação, o que impõe o exame pelo Poder Judiciário.

Como vemos no Anexo II, Item 3.4., o dano de grande monta dar-se-á apenas quando **três ou mais componentes estruturais** tiverem sido danificados.

Os componentes que se reputam estruturais estão identificados no modelo do Relatório de Avarias, fls. 45, que faz parte do Anexo II.

Ora, no caso em tela o perito, às fls. 148, **expôs que apenas dois componentes estruturais da motocicleta do autor foram danificados** na colisão.

Tem-se, pois, que foi **incorreta a classificação efetivada pela autoridade de trânsito**, vez que, considerados – como se vê no laudo – os componentes danificados, o enquadramento adequado era o de "**danos de média monta**".

Sendo os danos "de média monta", então **cabe o seu desbloqueio** se produzida prova de sua **recuperação de modo a garantir as condições de segurança**.

No caso em tela, com as vênias a entendimento distinto, reputo que as conclusões do laudo pericial tornam desnecessária a observância do procedimento administrativo previsto no § 1º do art. 6º, possibilitando o desbloqueio da motocicleta, eis que o expert afirmou, de modo definitivo e conclusivo, que "**a motocicleta foi perfeitamente recuperada dos danos sofridos na colisão do dia 18/06/2011, possuindo plenas condições de dirigibilidade**", assertiva fática que não foi impugnada pela fazenda pública ré.

**Julgo procedente a ação e condeno o réu na obrigação de fazer consistente em**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

cancelar o bloqueio em discussão nos autos, condenando-o, ainda, nas verbas sucumbenciais cabíveis, arbitrados os honorários, por equidade, em R\$ 1.000,00.

Oficie-se à Defensoria Pública, em resposta ao ofício de fls. 172, para que tome conhecimento de que a fazenda pública, não beneficiária da gratuidade, é que sucumbiu no presente feito, sendo-lhe atribuídos os encargos sucumbenciais.

Tendo em vista que a permanência do bloqueio gera danos irreversíveis ao autor, que pode ter seu veículo inclusive apreendido, **antecipo a tutela em sentença** para determinar o imediato desbloqueio, advertida a parte ré de que eventual recurso não terá efeito suspensivo. **Prazo de 05 dias úteis para o Detran comprovar nos autos o cumprimento da obrigação.**

P.I.

São Carlos, 08 de setembro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**